




ANÁLISE DA CURVA DE PHILLIPS NO BRASIL: AINDA É VÁLIDA? UMA RELAÇÃO COM O FIM DA ESCALA 6 X 1

ANALYSIS OF THE PHILLIPS CURVE IN BRAZIL: IS IT STILL VALID? A RELATIONSHIP WITH THE END OF THE 6 X 1 SCALE

ANÁLISIS DE LA CURVA DE PHILLIPS EN BRASIL: ¿SIGUE VIGENTE? RELACIÓN CON EL FINAL DE LA ESCALA 6X1

 <https://doi.org/10.56238/levv16n55-042>

Data de submissão: 09/11/2025

Data de publicação: 09/12/2025

Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva

Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

RESUMO

O estudo considera a validade econométrica e teórica da Curva de Phillips no Brasil durante o período de 2000-2024, articulando algumas percepções importantes e descobertas analíticas baseadas nos argumentos de Keynes, Friedman, Phelps e Marxista-Kaleckiano. Dados recentes mostram que a relação entre inflação e desemprego diminui gradualmente, particularmente após a consolidação do regime de metas de inflação e o aumento da informalidade, bem como com o peso crescente dos choques de oferta e expectativas. Episódios a partir de 2010, incluindo a recessão de 2015-2016 e a estagflação pós-2020, mostram, em certa medida, uma curva quase plana, o que significa que a reação local à inflação é mais influenciada por fatores estruturais, distributivos e financeiros do que pelo ciclo do mercado de trabalho. A aplicação dessa crítica Kaleckiana possibilita uma reconfiguração do desemprego como meio de disciplina política no trabalho. Isso transforma a Curva de Phillips de um modelo técnico em um instrumento que está embutido nas relações de poder. No final, discute como mudanças na organização do trabalho, como a discussão sobre se o regime de 6x1 deve acabar, podem remodelar a ligação entre emprego, renda e inflação. Coloca o núcleo de nossas políticas econômicas no tempo social e na justiça distributiva.

Palavras-chave: Curva de Phillips. Inflação. Desemprego. Kalecki. Mercado de Trabalho Brasileiro.

ABSTRACT

This study considers the econometric and theoretical validity of the Phillips Curve in Brazil during the period 2000-2024, articulating some important insights and analytical findings based on the arguments of Keynes, Friedman, Phelps, and Marxist-Kaleckian thought. Recent data show that the relationship between inflation and unemployment gradually decreases, particularly after the consolidation of the inflation targeting regime and the increase in informality, as well as with the growing weight of supply and expectations shocks. Episodes from 2010 onwards, including the 2015-2016 recession and the post-2020 stagflation, show, to some extent, an almost flat curve, meaning that the local reaction to inflation is more influenced by structural, distributive, and financial factors than by the labor market cycle. Applying this Kaleckian critique allows for a reconfiguration of unemployment as a means of political discipline in the workplace. This transforms the Phillips Curve from a technical model into an instrument embedded in power relations. Finally, it discusses how changes in work organization, such as the debate over whether the 6x1 work schedule should end, can reshape the link between

employment, income, and inflation. It places the core of our economic policies in social time and distributive justice.

Keywords: Phillips Curve. Inflation. Unemployment. Kalecki. Brazilian Labor Market.

RESUMEN

Este estudio considera la validez econométrica y teórica de la Curva de Phillips en Brasil durante el período 2000-2024, articulando algunas perspectivas importantes y hallazgos analíticos basados en los argumentos de Keynes, Friedman, Phelps y el pensamiento marxista-kaleckiano. Datos recientes muestran que la relación entre inflación y desempleo disminuye gradualmente, particularmente después de la consolidación del régimen de metas de inflación y el aumento de la informalidad, así como con el peso creciente de los shocks de oferta y expectativas. Los episodios a partir de 2010, incluyendo la recesión de 2015-2016 y la estanflación posterior a 2020, muestran, en cierta medida, una curva casi plana, lo que significa que la reacción local a la inflación está más influenciada por factores estructurales, distributivos y financieros que por el ciclo del mercado laboral. Aplicar esta crítica kaleckiana permite una reconfiguración del desempleo como un medio de disciplina política en el lugar de trabajo. Esto transforma la Curva de Phillips de un modelo técnico en un instrumento incrustado en las relaciones de poder. Finalmente, analiza cómo los cambios en la organización del trabajo, como el debate sobre la eliminación del horario de trabajo de 6x1, pueden redefinir el vínculo entre empleo, ingresos e inflación. Sitúa el núcleo de nuestras políticas económicas en el tiempo social y la justicia distributiva.

Palabras clave: Curva de Phillips. Inflación. Desempleo. Kalecki. Mercado Laboral Brasileño.

1 INTRODUÇÃO

A curva de Phillips inicialmente assumia que a inflação estava inversamente relacionada ao desemprego, pois níveis mais altos de inflação estariam ligados a níveis mais baixos de desemprego e vice-versa. A curva foi revisada em outras ocasiões desde sua introdução na década de 1950 à teoria macroeconômica moderna, mais particularmente, em modelos que consideram expectativas adaptativas e racionais como elementos centrais. Mas em várias épocas e lugares, como economias afetadas por instabilidade estrutural, sua utilidade empírica no mundo real foi colocada em questão. No caso do Brasil, seu caminho econômico recente tem sido de ciclos inflacionários, reformas institucionais, crises fiscais e mudanças no regime de política monetária. Esses fatores realmente interferem na relação entre inflação e desemprego, de modo que usar a linha-curva diretamente não é fácil.

Este artigo tenta mostrar a legitimidade da curva de Phillips no Brasil de 2000 a 2024. Este trabalho foi elaborado a partir de uma busca sistemática fornecida por Scielo, RePEc, JSTOR, Scopus, Google Scholar, usando os termos "curva de Phillips", "inflação", "desemprego", "Brasil" e "política monetária". Artigos empíricos ou teóricos foram incluídos e são categorizados em quatro eixos analíticos: (1) modelagem econométrica e teste da Curva de Phillips; (2) papel das expectativas inflacionárias; (3) rigidez do mercado de trabalho e choques de oferta; e (4) política monetária e fiscal.

O surgimento do regime de metas de inflação em 1999 também alterou significativamente a forma como a política monetária é executada, pois as expectativas têm um papel mais influente na formação da política econômica. Durante a década de 2010, o Brasil experimentou uma recessão prolongada, baixo crescimento e instabilidade política, o que lançou novas dúvidas sobre a credibilidade empírica da curva de Phillips para o país. Especificamente, houve períodos em que a inflação era relativamente alta mesmo quando o desemprego era alto, ou a inflação caía sem uma queda substancial do desemprego. Objetivo: Elaborar sobre a validade da curva de Phillips no Brasil. Foram incluídos artigos com abordagem empírica ou teórica que descreviam a utilidade da curva no contexto brasileiro e que foram publicados entre 2000 e 2024. A triagem inicial resultou em 42 estudos, dos quais, dos selecionados, 18 foram referidos para leitura completa, levando em consideração fatores como clareza metodológica, relevância dos dados e abordagem da relação entre inflação e desemprego no Brasil. Os artigos da análise final puderam ser categorizados em quatro tipos principais: 1) modelos econométricos da curva de Phillips para inflação; 2) efeitos das expectativas inflacionárias, 3) rigidez do mercado de trabalho e choques de oferta; e 4) influência da política monetária e fiscal. Resultados e discussão: Diferentes alegações são feitas na análise sobre a correção da curva de Phillips no Brasil. No entanto, alguns autores sugerem que a ligação entre inflação e desemprego permanece presente, embora uma conexão bastante reduzida, dependendo de fatores como a credibilidade da atividade

monetária, o grau de liberalização econômica e a rigidez dos preços. Deste ponto de vista, a curva continua sendo um dispositivo analítico, embora com sérias limitações.

A modelagem econométrica na presença de expectativas inflacionárias implica uma curva de Phillips do tipo aceleracionista ou novo keynesiano, na qual a inflação atual está em correlação com um hiato do produto, inflação passada e expectativas futuras. Nos dados brasileiros, a pesquisa indica que a relação entre inflação e atividade econômica está se tornando mais fraca nas últimas décadas, e as metas de inflação estão afetando a construção das expectativas. Outros estudos enfatizam como choques de oferta, como flutuações nos preços internacionais de commodities, flutuações das taxas de câmbio ou crises hídricas e energéticas, influenciam os preços independentemente da taxa de desemprego. Quando a moeda enfraquece ou quando o custo dos insumos aumenta, a inflação pode ser elevada mesmo com atividade econômica retraída, o que contradiz o que esperamos obter da noção tradicional da curva. A rigidez estrutural do mercado de trabalho também emerge como uma característica crucial como um motor. Alta informalidade, segmentação ocupacional e rotatividade impedem que a variação no desemprego se traduza imediatamente em pressões salariais ou deflações. Isso também torna a previsão de inflação e emprego no Brasil mais incerta. Parte da literatura existente duvida da utilidade da curva de Phillips nos tempos modernos e conclui que sua eficiência será condicional ao estado econômico. Em termos de recessão muito profunda de 2015/2016, a inflação respondeu pouco à diminuição da atividade, refletindo tanto forças inerciais quanto exógenas. Em tempos de recuperação, como após 2020, as pressões inflacionárias foram resultado de choques externos em vez de apenas a quantidade de empregos disponíveis. Para concluir: ao analisar os estudos, podemos encontrar no Brasil que a validade da curva de Phillips é limitada e depende muito do contexto. Há uma ligação entre inflação e desemprego em alguns casos, no entanto, há outros elementos e eles são diferentes entre si. Assim, cautela na aplicação desta curva como meio de previsão, bem como na formulação de políticas, deve ser usada para adaptar o contexto do modelo às características da nação. A modelagem de expectativas e variáveis estruturais é mais apropriada para os dados brasileiros. É fundamental notar esses detalhes ao formular políticas macroeconômicas que não pressupõem uma conexão fixa entre inflação e desemprego. Conceito, convergências e divergências.

A Curva de Phillips, um dos conceitos mais conhecidos em macroeconomia, estabelece uma relação inversa entre desemprego e inflação. Em termos leigos, significa que se o desemprego é baixo, a inflação é alta, e vice-versa. A.W. Phillips, um economista da Nova Zelândia, sugeriu tal modelo em 1958 utilizando dados do Reino Unido entre 1861 e 1957. Phillips observou que as taxas de aumento dos salários crescem muito mais em tempos de prosperidade econômica, quando a demanda por trabalhadores é alta. Esse aumento nos salários pressionava os custos de produção, o que, por sua vez, pressionava os preços, alimentando a inflação. Durante uma recessão, o alto desemprego reduzia o

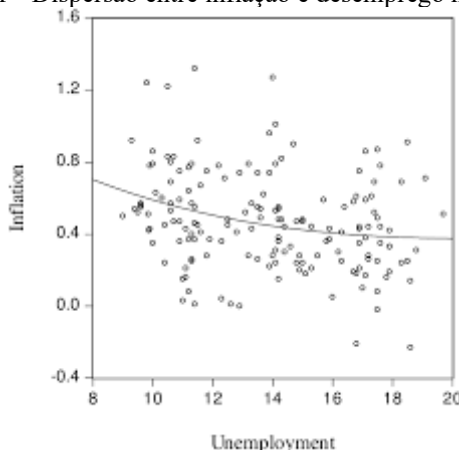
poder de barganha dos trabalhadores e atrasava os aumentos salariais. Economistas como Paul Samuelson e Robert Solow tornaram a Curva de Phillips famosa na década de 1960, alegando que um governo poderia escolher entre inflação e desemprego com base em seu estado de propósito, uma espécie de "menu de opções". A partir da estagflação na década de 1970, esse ponto de vista foi questionado, particularmente em períodos de inflação significativa e alto desemprego, que contradiziam diretamente o modelo original.

2 VALIDADE DA CURVA DE PHILLIPS NO CONTEXTO BRASILEIRO

As evidências apresentadas e algumas críticas à Curva de Phillips A Curva de Phillips, originalmente descrita por A. W. Phillips (1958), assumia uma relação negativa entre inflação e desemprego, segundo a qual níveis mais altos de inflação estariam associados a taxas de desemprego mais baixas e vice-versa. O debate sobre o conceito tem sido amplo desde os primeiros dias de sua formulação. Graças aos insights de Milton Friedman (1968) e Edmund Phelps (1967), o conceito de expectativas adaptativas e racionais foi desenvolvido, afirmando que a relação negativa entre inflação e desemprego seria relativamente de curto prazo, desaparecendo no longo prazo quando os agentes econômicos ajustam suas expectativas — resultando no que é chamado de "taxa natural" de desemprego. No entanto, autores da tradição heterodoxa como Kalecki (1943), Baran e Sweezy (1966) reformularam a Curva de Phillips como um reflexo dos conflitos distributivos entre capital e trabalho. A inflação não resulta apenas de desequilíbrios entre demanda e oferta, mas de disputas pela apropriação da renda nacional, especialmente em contextos de pleno emprego, quando o poder de barganha dos trabalhadores pressiona a taxa de lucro. Deste ponto de vista, então, a correlação entre inflação e desemprego passa a ter caráter político e estrutural nesta relação, através da interseção das forças distributivas entre classes sociais e a orientação das políticas econômicas. A aplicação empírica da Curva de Phillips, nas circunstâncias brasileiras, tem sido instável e dependente do contexto. Ritmos inflacionários, reformas institucionais, crises fiscais e o regime de política monetária caracterizaram as últimas décadas desde então. O advento do regime de metas de inflação em 1999 alterou significativamente o papel das políticas macroeconômicas, tornando o papel das expectativas inflacionárias central na orientação das decisões econômicas. Estudos empíricos recentes (Modenesi & Araújo, 2011; Sachsida et al., 2019; Portugal & Madalozzo, 2021) mostram que a relação entre inflação e desemprego enfraqueceu e se tornou menos previsível, especialmente após a estabilização monetária e a consolidação do regime de metas. As descobertas também indicam que, embora a conexão entre inflação e desemprego persista em alguns períodos, o grau de convergência é baixo e instável, indicando que expectativas (especialmente externas) e choques tiveram um impacto maior na relação. Existem modelos inspirados no Novo-Keynesianismo que apresentam uma curva aceleracionista que sugere que a inflação futura está diretamente conectada à inflação passada,

expectativas futuras e ao hiato do produto. Mas evidências empíricas sugerem que choques de oferta, especialmente desvalorizações cambiais, flutuações nos preços das commodities e crises energéticas, foram o que se viu afetar muito mais a dinâmica inflacionária brasileira do que o desemprego. Além disso, a rigidez estrutural do mercado de trabalho é outro mecanismo de instabilidade na relação. Devido a um grau muito alto de informalidade, segmentação ocupacional e rotatividade, a transmissão das variações do desemprego para os níveis salariais é baixa, o mecanismo da Curva de Phillips que normalmente opera sob a suposição do efeito de propagação é enfraquecido. Essa característica aproxima o caso brasileiro da explicação kaleckiana, que vê a inflação respondendo menos ao ciclo econômico do que à estrutura distributiva e institucional. Entre 2015 e 2016, um caso quintessencial de recessão com inflação em espiral sugeriu desconexão entre atividade e preços, lembrando a estagflação presente no restante das economias dos anos 1970. Após 2020, a inflação disparou mais uma vez devido a distúrbios globais de oferta, sem uma queda correspondente no desemprego, fortalecendo assim a hipótese de que a Curva de Phillips brasileira foi achatada (curva de Phillips plana). Constatou-se que a Curva de Phillips é apenas marginal e condicionalmente válida no Brasil. A relação entre inflação e desemprego já existe, mas é contingente às expectativas, choques externos, estrutura produtiva e nível de formalização do mercado de trabalho. Portanto, necessita de modificações metodológicas e do uso de variáveis estruturais quando utilizada como ferramenta de previsão e formulação de políticas. Modelos híbridos que mesclam expectativas adaptativas (Friedman e Phelps) e conflito distributivo (Kalecki, Baran e Sweezy) são melhores para representar a complexidade da economia brasileira contemporânea.

Figura 1 - Dispersão entre inflação e desemprego no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Aqui está um exemplo de um gráfico publicado (gráfico de dispersão) que ilustra a dispersão entre inflação e desemprego no Brasil (pontos mensais/trimestrais) e uma linha ajustada, mais utilizada em um teste empírico da Curva de Phillips. O gráfico exibe uma nuvem de pontos bastante dispersa e

uma inclinação negativa fraca, conforme estabelecido na literatura: há uma relação negativa, embora fraca/instável e influenciada por ruídos de tais choques de oferta, taxas de câmbio e fatores de inércia.

3 CRÍTICA POLÍTICA À CURVA DE PHILLIPS: UMA LEITURA KALECKIANA DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA BRASILEIRA

Essa correlação entre inflação e desemprego desde então enfraqueceu, tornou-se fraca, instável e praticamente ausente em alguns casos (Abreu 2023). A inflação brasileira é controlada principalmente por fatores inerciais e expectativas de mercado, enquanto o desemprego exerce pouca influência sobre o comportamento dos preços, observa o autor. Essa observação levou Abreu a descrever a Curva de Phillips nacional para este período como "quase vertical", levando-a a concluir que o equilíbrio de longo prazo entre inflação e desemprego não é mais uma troca de longo prazo disponível na literatura. Essa leitura empírica ecoa indiretamente a crítica de Michał Kalecki (1943) em seu ensaio canônico Aspectos Políticos do Pleno Emprego. Sob a visão kaleckiana, o desemprego é mais do que simplesmente um fenômeno macroeconômico, é uma ferramenta política usada para controlar a classe trabalhadora pela classe capitalista. As elites econômicas se opõem às políticas de pleno emprego em sua visão para enfraquecer a capacidade disciplinadora do desemprego, aumentar a força de barganha dos trabalhadores e desafiar a posição política e ideológica do capital, de acordo com a análise de Kalecki. Assim, políticas de austeridade, altas taxas de juros e um sistema de metas de inflação rigoroso funcionam como mecanismos organizacionais para manter a hierarquia social. Os resultados de Abreu (2023) vistos sob essa luz não apontam para uma obsolescência teórica inevitável da Curva de Phillips, mas sim para uma reorganização política na estrutura capitalista financeirizada brasileira. Essa verticalização da curva que testemunhamos (ênfatizando o controle da inflação enquanto subordina as ações da política econômica às expectativas de mercado como estas) é uma expressão contemporânea do que Kalecki chamou de 'função política do desemprego'. A estabilização de preços via desemprego estrutural e relações de trabalho por precarização mantém as margens de lucro e mitiga a pressão salarial, e a inflação é confinada a áreas consideradas toleráveis pelo capital financeiro. Autores marxistas posteriores, Baran e Sweezy (1966), ampliaram essa leitura para argumentar que o capitalismo monopolista emprega o desemprego e a estagnação como um modo de autorregulação política, capaz de conter os incentivos redistributivos do trabalho e garantir a estabilidade do sistema. E, novamente, Samuel Bowles (1985) descreve o conceito de uma "curva de Phillips política", na qual o desemprego atua como uma variável estratégica que disciplinaria o trabalho e manteria a lucratividade corporativa em períodos de baixo crescimento. No cenário brasileiro, esse princípio se institucionalizou através da introdução do regime de metas de inflação (a partir de 1999). Como aponta (Abreu 2023), as expectativas assumiram um papel de liderança, e a condução da política monetária passou a ser condicionada à credibilidade com o sistema financeiro. Em termos kaleckianos,

isso é a internalização ideológica do papel disciplinador do desemprego; agora refratado no jargão técnico de credibilidade e expectativas racionais. A inflação é enquadrada como uma ameaça coletiva, enquanto o desemprego é naturalizado como um preço da estabilidade macroeconômica. Ao fazer isso, as críticas kaleckianas à Curva de Phillips conseguem reconciliar e, por extensão, reformular sua explicação, não como uma simples relação quantitativa, mas como um local de contestação política. A curva "achatada" ou "vertical" do Brasil reflete a hegemonia das políticas de austeridade e da racionalidade financeira que transformam o espaço para a ação da política pública e estabelecem limites estruturais à expansão do emprego. Assim, o desemprego desempenha seu papel político: ele não desaparece, apenas assume outras formas e é ajustado a novas configurações de capital e a um projeto de estabilidade monetária.

4 A CURVA DE PHILLIPS E A CRISE DO TRABALHO NO BRASIL (2010–2024)

A evolução da curva de Phillips no Brasil na segunda década do século XXI ilustra uma indicação de uma mudança estrutural na estrutura do mercado de trabalho e inflação. Desde as profundas transformações que marcaram a história econômica (Abreu, 2023; Sachsida, Mendonça e Medrano, 2012), a relação entre desemprego e variações de preços tem se enfraquecido consistentemente. Os anos de 2010 a 2024 foram caracterizados por crises cíclicas, austeridade fiscal, precariedade no emprego e sucessivos choques externos, moldando a dinâmica trabalho-inflação que corroborou ainda mais o diagnóstico de uma curva quase vertical. Na economia, a queda do PIB em 2015-2016 foi superior a 7% em 2 anos (IBGE, 2023), e a taxa de desemprego subiu de 6,8% para 13,5%. Não obstante um alto nível de choques de oferta, a depreciação da moeda e ajustes nos preços administrados contribuíram para uma inflação alta de 10,7% em 2015 (IPCA). O comportamento contrário à curva de Phillips clássica tem implicações para a queda dos preços diante do aumento do desemprego. O episódio é um exemplo do argumento kaleckiano: a inflação decorre não apenas da pressão da demanda, mas sim de escolhas políticas e estruturais para produzir e distribuir políticas relacionadas à produção de preços e distribuição de renda. Entre 2017 e 2019, a economia do Brasil viu um período prolongado de estagnação, que teve uma taxa média de crescimento anual anêmica de menos de 1% e desemprego persistente acima de 12%. Durante esse tempo, no entanto, as políticas monetárias continuaram focadas na meta de inflação, bem como em um nível bastante alto de ociosidade produtiva. Em contraste, a ancoragem das expectativas tornou-se um fator mais importante em comparação com as condições do mercado de trabalho (Abreu, 2023). Do ponto de vista kaleckiano, essa estabilidade de preços é alcançada no contexto desse desemprego estrutural e reflete a subordinação das políticas macroeconômicas ao capital financeiro, cimentando o desemprego como uma condição de ajuste e disciplina social. As coisas ficaram ainda mais confusas em 2020, quando a pandemia de COVID-19 eclodiu. O choque de saúde eliminou 8,9 milhões de empregos formais em

questão de meses, e a inflação voltou a subir, atingindo 10,1% em 2021 (CAGED, 2021). O impacto simultâneo de grande desemprego e alta inflação, denominado estagflação, aprofunda o caráter político da curva de Phillips no Brasil hoje. O salto nos preços não é apenas resultado da pressão salarial; é um produto de distúrbios na cadeia de suprimentos, aumento dos preços de energia e alimentos e recuperação das margens de lucro das empresas. A resposta do banco central, que rapidamente elevou a taxa Selic de 2% em 2021 para 13,75% em 2022, foi outro período de política monetária restritiva que ajudou a domar a inflação, mas também ampliou o desemprego e reduziu o nível de investimento produtivo. A partir de 2023, uma reformulação do mercado de trabalho era evidente: a taxa de desemprego diminuiu para cerca de 7,6% (IBGE, 2024), mas com uma aceleração na informalidade e subemprego - que não são representativos da curva tradicional. Como a maioria da mão de obra está em empregos precários ou de baixa produção, a pressão sobre os salários não é tão grande. Isso, por sua vez, resulta em uma curva de Phillips achatada, não por causa da eficiência da economia monetária, mas sim como um reflexo da precariedade estrutural do mercado de trabalho, de acordo com análises recentes de Souza (2023) e Pochmann (2022).

Portanto, a evidência empírica brasileira pós-2010 mostra, através do quadro kaleckiano, que a curva de Phillips não desapareceu, ela foi neutralizada através da supremacia financeira e desorganização de classe. A inflação e o desemprego não são mais expressões de um conflito distributivo aberto, mas sim fenômenos mediados pela financeirização da política econômica. As metas de inflação atuam como um mecanismo institucional de controle político sobre o trabalho, enquanto a informalidade e o subemprego garantem o ajuste silencioso dos salários e da renda. Este equilíbrio traz estabilidade nominal, mas em detrimento da estagnação social. Ao fornecer um exame do período de 2010 a 2024, podemos argumentar que o Brasil tem uma curva de Phillips disciplinadora, nos termos de Bowles (1985), que é funcionalmente política para o capital, como escreve Kalecki (1943). O desemprego (aberto, disfarçado ou informal) serve para proteger a credibilidade da política monetária, mantendo os salários baixos e a estabilidade dos preços sem a necessidade de pleno emprego. Assim, evidências empíricas recentes e interpretação crítica apontam para a conclusão de que a curva de Phillips no Brasil deixou de servir como um diagnóstico macroeconômico e não é mais uma ferramenta macroeconômica, mas sim um microcosmo de uma luta de classes mediada pela política monetária.

5 O FIM DA ESCALA 6X1 E A REDISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO: IMPLICAÇÕES PARA A CURVA DE PHILLIPS

A Curva de Phillips e a política do desemprego se expandem hoje sob o debate atual sobre a redução e reorganização das horas de trabalho, especificamente em torno de propostas para acabar com o regime 6x1. Ao contrário de mudanças como a flexibilização, que tentam ajustar o mercado de trabalho às necessidades do capital, esta proposta se baseia na lógica oposta: substituir esse tempo

produtivo por tempo para a vida social, redistribuir o trabalho de forma mais equitativa e preservar os salários. É uma agenda ligada às lutas pela emancipação do trabalho, que apresenta o tempo livre como um elemento essencial da liberdade humana — como Marx (1867) previu em *O Capital*: “a verdadeira riqueza é o tempo disponível.” O regime 6x1, estabelecido no Brasil nas indústrias industriais e de serviços contínuos, é um resquício da produção taylorista-fordista, caracterizada pela exploração implacável do tempo e pela alienação dos trabalhadores do processo de produção. Engels (1845), em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, foi capaz de descrever com muita precisão as consequências sociais resultantes dessa lógica: jornadas de trabalho cansativas, deterioração da saúde, desintegração das relações familiares. Em um sentido moderno, esses efeitos podem ser encontrados sob novas formas. O empregado submetido a esse regime experimenta fadiga física e mental, perda de contato social e uma capacidade diminuída de autoaperfeiçoamento; manifestações de alienação que, segundo Lukács (1923), incorporam a cristalização das relações sociais sob o capitalismo, onde o tempo humano se torna uma mercadoria. A proposta, que elimina o regime 6x1 desde que o trabalho permaneça constante e as contratações aumentem em períodos futuros, deslocaria a discussão econômica da produtividade para a qualidade de vida e da acumulação para a democratização do próprio tempo. Tal medida desafia a lógica do valor excedente absoluto, a extração de valor através da intensificação da jornada de trabalho, e sugere, em vez disso, uma reorganização do trabalho para favorecer o bem-estar coletivo. A redistribuição do tempo de trabalho vai ao cerne do poder político do desemprego como um ponto de vista kaleckiano (1943). É entendido através dessa lente como um tipo de mecanismo coercitivo de tal forma que deve haver conformidade por parte do trabalho. Reduzir a jornada de trabalho dessa forma, portanto, não é apenas uma política trabalhista, mas uma verdadeira subversão da disciplina criada pelo capital. Este é o problema com a crítica de Kalecki ao desemprego, que ele funciona como uma ferramenta de estímulo monetário. De fato, é como o diagnóstico de Marx do “exército industrial de reserva”, que significa que os salários são mantidos abaixo do valor social do trabalho. O desemprego estrutural, embora controle o custo do trabalho, atua como uma ferramenta ideológica para naturalizar a insegurança e o medo. De fato, como Engels já havia mostrado, o capital não tem medo da escassez de trabalhadores, mas da autonomia dos trabalhadores: é exatamente essa autonomia que o fim do regime 6x1 visa restaurar, reduzindo em certa medida a dependência dos trabalhadores da lógica de sobrevivência. No nível macroeconômico, cortar a jornada de trabalho sem diminuir os salários é atacar os equilíbrios conservadores que sustentam a curva de Phillips. Segundo Abreu (2023), a curva brasileira é quase vertical, pois a conta da relação entre inflação e desemprego se reduziu em uma sociedade informal e insegura. Nesse arranjo, o trabalho deixou de ser uma alavanca de pressão salarial, e o desemprego não se comporta mais como uma troca clássica de inflação (o que é assumido), e não entra mais no papel de disciplina. Mas a redistribuição do tempo de trabalho pode restaurar as relações virtuosas entre empregos e renda: pode gerar maior demanda agregada sem

desencadear estresse inflacionário significativo, particularmente ao lado de políticas públicas de investimentos sociais. Dessa forma, assume o que Lukács chamou de “reintegração ontológica do trabalho”, o resgate do trabalho como uma atividade humana criativa, e não apenas como um fator de produção. A libertação parcial do tempo, dentro do quadro do capitalismo, é um avanço civilizacional: abre espaço para o desenvolvimento cultural, político e social dos trabalhadores, aprimorando sua consciência e organização. Marx via o tempo livre como o “fundamento do reino da liberdade”, não o “reino da necessidade” da produção material. Nesse sentido, o fim do regime 6x1, em que a última parte do tempo apropriado pelo capital é devolvida, constitui a política de reumanização do trabalho e a luta contra o fetichismo produtivista. Os escritores que defendem o pleno emprego são Baran e Sweezy (1966) e Bowles (1985), que sustentam que é politicamente indesejável para o capital trabalhar, pois o pleno emprego transfere o poder de barganha a favor dos trabalhadores. O fim do regime 6x1 transforma assim a ligação entre o Estado, o capital e o trabalho ao esgotar o exército de reserva e aumentar a quantidade de trabalho formal, funcionando tanto como uma medida anticíclica quanto democratizante. Em vez de empregar o desemprego como uma variável para ajustar o sistema econômico para ajudar a controlar a inflação, a economia usaria, em vez disso, a redistribuição do tempo como uma variável de equilíbrio social, algo semelhante ao “planejamento racional da produção social” como em Marx. Afirmando que o regime 6x1 está inserido na crítica marxista e kaleckiana em sua tentativa de libertar parcialmente o tempo de vida, libertando assim esse trabalho das correntes do capital. Ele mina a abordagem neoliberal de austeridade ao redistribuir o trabalho, mas salva os salários e devolve o trabalho ao centro da política econômica. Nesse sentido, a Curva de Phillips não significa mais a subordinação do trabalho à estabilidade monetária, mas começa a refletir a extensão da justiça social e da democratização do tempo, dimensões essenciais para reconsiderar o desenvolvimento em uma sociedade profundamente desigual, como o Brasil. Essa transição não faz desaparecer as contradições do capitalismo, mas abre espaço para o que Lukács chama de “autotransformação consciente do trabalho social”, rumo a um futuro em que o tempo humano não consiste em produtividade contra o social, mas na plenitude da vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão articulada neste artigo possibilitou o repensar crítico da Curva de Phillips, situando-a no esquema mais amplo da economia política do trabalho. Em vez de ver a correlação entre inflação e desemprego como um enigma técnico, a visão kaleckiana demonstra como ela é estrutural e política por natureza. Como Kalecki (1943) mostrou, o desemprego não é apenas um produto da deficiência de demanda, mas uma função de disciplina, servindo para controlar a capacidade de negociação da classe trabalhadora. Assim, a Curva de Phillips se desloca do plano geográfico da neutralidade econômica para a esfera da luta de classes, e, portanto, está posicionada dentro da tradição marxista

que vê o mercado de trabalho como uma plataforma contestada através da qual o excedente é reivindicado e expropriado. Essa relação assume uma forma particular no contexto brasileiro. Segundo Abreu (2023), isso ocorre mesmo que o regime de metas de inflação tenha se entrincheirado desde 1999, com a desregulamentação do trabalho e altos níveis de informalidade levando a uma curva quase vertical. Isso quer dizer que as flutuações no desemprego não contribuem mais significativamente para a inflação, não por meio de um equilíbrio espontâneo, mas porque o enfraquecimento do trabalho absorveu seu poder de pressionar os salários. A economia brasileira, caracterizada pela concentração de renda e financeirização, internalizou o desemprego como uma variável de ajuste permanente, um “mal necessário” da racionalidade ortodoxa. Não faltam arautos neoliberais afirmando que “melhor um emprego mal remunerado que o desemprego”. Assim, a Curva de Phillips deixou de ser um trade-off em relação à inflação e ao emprego, mas tanto uma reflexão da natureza geral de uma economia que legitima o desemprego e a desigualdade. A crítica kaleckiana permite reverter essa leitura. Pois reconhece que o desemprego importa politicamente, assim potencialmente facilitando novas formas de engajamento com políticas de redistribuição de trabalho e tempo que podem romper a lógica da escassez artificial. Assim, a escala 6x1 que está sendo proposta para acabar (nesse sentido) não é apenas uma medida de reforma trabalhista no calor do momento, é mais do que isso: é um ato de oposição à estrutura hegemônica do trabalho e a um modo produtivo baseado na fadiga humana e no preço do tempo. Baseando-se no legado marxista, a redução das horas de trabalho sem redução de salários vai longe para limitar a disponibilidade do “exército industrial de reserva” delineado por Marx em *O Capital*, o que afeta ainda mais o contingente disponível de trabalhadores assalariados desempregados, bem como o poder disciplinador do capital. Engels (1845) já havia destacado na extensão das horas de trabalho e na precarização das condições de trabalho os mecanismos de corrosão moral e social das classes trabalhadoras. A existência contínua desse regime 6x1 muitas décadas depois é evidência de que esses mecanismos ainda são eficazes, embora no contexto de uma era de serviços, informalidade e plataformas digitais. Ao argumentar por sua eliminação, no entanto, o debate sobre as horas trabalhadas chega ao cerne do que Lukács (1923) se referiu como reificação, um processo que transforma o tempo humano em uma coisa, um instrumento do capital. A economia desse tempo livre, então, é um ato de desalienação, uma renegociação da autonomia sobre o próprio corpo e, de fato, a vida cotidiana.

Do ponto de vista macroeconômico, a repriorização do tempo, juntamente com a manutenção do nível salarial, pode restabelecer uma parte do vínculo entre emprego, renda e demanda agregada, resultando em desenvolvimentos geradores de crescimento sem necessariamente experimentar uma pressão inflacionária radical. A Curva de Phillips, nesse contexto contemporâneo, não desaparece, ao contrário, é redefinida. Ela se torna não um limite estrito de estabilidade e emprego, mas sinais de um equilíbrio social dinâmico que combina política de pleno emprego com expressão de política de bem-

estar. Evidências históricas também mostraram que, em economias com mais unidade social (e menos desigualdade), há trade-offs inflação-desemprego menos dolorosos, já que o conflito distributivo não é coagido pelo desemprego, mas pela política. A partir dessa realização, a Curva de Phillips não pode mais ser estudada como um fato empírico da economia, mas como um regime histórico de acumulação. No Brasil, essa arquitetura produtiva desigual e a fraqueza institucional perpetuam a precariedade dos trabalhadores, a tarefa é religar a política econômica aos objetivos sociais de desenvolvimento. A sugestão de reformular o tempo de trabalho como uma redução da escala 6x1 exigiria, talvez, pressupõe uma saída: trocar um desemprego que não é mais do que um mecanismo de ajuste de renda para o trabalho; substituí-lo por uma política ativa de redistribuição de trabalho e renda. Essa mudança, no entanto, implica uma realização radical da política macroeconômica em termos de investimento público, negociação coletiva e reconhecimento do trabalho formal. Do ponto de vista marxiano, lutar para que o tempo seja livre se encaixa na luta pela emancipação humana. Para Marx, o “tempo disponível é a verdadeira medida da riqueza”, porque expressa a possibilidade de o indivíduo desenvolver plenamente suas capacidades. Dessa forma, reduzir as horas de trabalho e abraçar o tempo não produtivo funcionam, portanto, como um movimento civilizacional em direção à economia do próprio trabalho, pode ser visto como um empreendimento criativo e social, em vez de uma mera estratégia de sobrevivência. Lukács acrescenta: “Essa transformação é tanto econômica quanto ontológica: a sociedade que reivindica o comando consciente sobre o tempo está entrando em uma fase de superação de sua reificação e construção de comunidades sociais emancipadas”. Assim, as conclusões deste estudo levam a uma nova visão da Curva de Phillips e suas implicações para o desenvolvimento brasileiro. O pleno emprego não pode ser considerado uma ameaça inflacionária, mas uma pré-condição para reforçar a democracia e a justiça social. De fato, a estabilidade de preços só pode ser alcançada no contexto de sistemas produtivos inclusivos e condições de trabalho humanas. O fim da escala 6x1 em si torna-se estrategicamente significativo: o fim de uma era de reconstrução do laço social, de resistência à mercantilização da vida. Ao postular o tempo humano como um bem comum, essa proposta realiza, no plano econômico, a crítica marxista ao fetichismo do capital e a noção kaleckiana de uma economia orientada para a liberdade, não uma economia regida por regras. Em uma análise aprofundada, o debate sobre a Curva de Phillips ultrapassa o domínio da macroeconomia e as dinâmicas essenciais que impulsionam uma sociedade, com a questão de quem está no comando do tempo versus trabalho em uma economia que é capitalista no sentido mais puro. Porque a análise que se desenvolve aqui está movendo o foco da eficiência para a emancipação, confirma que a economia, mais do que de outra forma, é uma ciência moral e política. Recolocar o trabalho no centro das decisões econômicas significa, portanto, garantir que o ser humano esteja no centro da história, um passo necessário se o Brasil vai progredir em direção a um modelo de desenvolvimento que equilibre prosperidade material, igualdade social e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Nathalia. A Curva de Phillips no Brasil: uma análise empírica. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. Capital monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Tradução de Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order (1966).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o capitalismo no século XX. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2019.
- BOWLES, Samuel. The Production Process in a Competitive Economy: Walrasian, Neo-Hobbesian, and Marxian Models. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 173-183, 1985. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035597.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Política monetária, inflação e desemprego: a experiência brasileira recente. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. Tradução de The Condition of the Working Class in England (1845).
- FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. *American Economic Review*, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- HIRSCHMAN, Albert O. A estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- KALECKI, Michał. Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*, Oxford, v. 14, n. 4, p. 322-331, 1943. DOI: 10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x.
- LUKÁCS, György. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Tradução de Geschichte und Klassenbewusstsein (1923).
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Tradução de Das Kapital. Band I: Der Produktionsprozess des Kapitals (1867).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. Tradução de Manifest der Kommunistischen Partei (1848).
- MINSKY, Hyman P. John Maynard Keynes. New York: Columbia University Press, 1975.
- PHELPS, Edmund S. Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment over Time. *Economica*, London, v. 34, n. 135, p. 254-281, 1967. DOI: 10.2307/2552025.
- PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Tradução de Le Capital au XXIe Siècle (2013).
- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Mecanismos de transmissão da política monetária e as mudanças no padrão de crescimento da economia brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 163-189, 2015.



SWEENEY, Paul M.; BARAN, Paul A. The Political Economy of Growth. New York: Monthly Review Press, 1957.

TAYLOR, Lance. Structuralist Macroeconomics: Applicable Models for the Third World. New York: Basic Books, 1983.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism. London: Verso, 1995.